

ROBERTO GULLO

RECURSO EX OFFICIO

Lumen Juris Editora

Rio de Janeiro, 2007

SUMÁRIO

Prefácio	xvii
Introdução	xix
Capítulo I - História	1
a) Do início da legislação geral portuguesa para o processo criminal	1
b) Onde procurar a origem da apelação ex officio	2
c) Das três formas do processo penal: o acusatório, o inquisitório e o misto	2
Capítulo II – Recurso	3
a) Conceito	3
b) Noção etimológica	7
c) Sucumbência	8
d) Pressupostos	10
e) Atos sujeitos a recursos e condições do recurso	11
Capítulo III - Recurso (breve história)	13
a) No Egito	13
b) Do Processo Penal Romano	13
c) Na Espanha	16
d) Na França.	16
e) No Direito Português	17
f) No Brasil	17
Capítulo IV - Recurso ex officio	19
a) Conceito	19
b) O recurso ex officio em sua origem e evolução no jus positum nacional	21
Capítulo V - Das razões do aparecimento da apelação ex officio e sua regulamentação nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas	29
a) Ordenações Manuelinas	32
b) Ordenações Filipinas	34
Capítulo VI - O duplo grau de jurisdição	37
a) Conceito	37
b) O duplo grau obrigatório de jurisdição	38
c) Observações gerais sobre o recurso ex officio	40

Localização: 347.955

G973r

Código de barras: STJ00066747

d) O papel do	41
1) Ministério Público	41
2) Da Defesa	41
3) Do Juiz	43
Capítulo VII - O recurso ex officio em algumas legislações alienígenas e na legislação brasileira	45
a) Uruguai	45
b) Argentina	46
c) Brasil: códigos de processos estaduais	46
d) O Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18/09/1939)	50
Capítulo VIII - Obrigatoriedade de duplicidade de jurisdição na legislação brasileira	53
a) Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941)	53
b) Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei nº 1.002, de 21/10/1969)	57
c) Código de Processo Civil (Lei nº 5.869 de 11/01/1973)	59
Capítulo IX - Legislação extravagante	63
Capítulo X - Críticas	67
Capítulo XI - Considerações Finais	73
Capítulo XII - Jurisprudência	75
Capítulo XIII - Breve histórico da Lei nº 1.521, de 26/12/1951 (crimes contra a economia popular) e o recurso ex officio (art. 7º) da mesma Lei	83
a) Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951	83
b) Histórico	94
c) Legislação no nosso jus positum sobre os crimes contra a economia popular	96
d) Comentários sobre a Lei nº 1.521/51	97
e) A repressão às infrações contra a economia popular	105
f) Tribunal do Júri na Lei nº 1.521/51	107
g) Reza o art. 7ª da Lei nº 1.521, de 26/12/51	116
Capítulo XIV - Do Direito Canônico	147
a) A criação do processo inquisitório	147

b) A Magna Glosa	147
c) Modos de proceder: acusação, denúncia e inquirição	148
d) Divulgação e aceitação do processo inquisitório	148
Leitura Suplementar	159
Doutrina	161
Algumas palavras sobre a natureza jurídica da apelação ex officio	163
Conclusão	167
Bibliografia	169